

# ARQUIPÉLAGO

Filosófico

REVISTA

## Frank Thomas Sautter, A duração do Inferno, segundo Borges



Arquipélago

31 Mar 2026 — 12 min read



Frank Sautter / Foto: Ronai Rocha, Flickr

Frank T. Sautter é professor titular do Departamento de Filosofia da UFSM.

Este é o segundo artigo de uma série que está publicando no Arquipélago Filosófico. O primeiro pode ser encontrado [aqui](#).

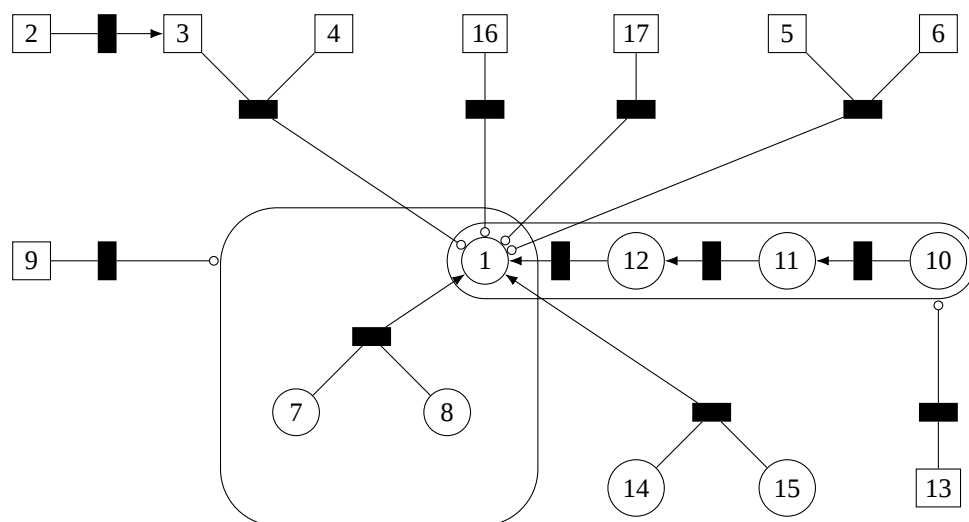
## 1 Introdução

“A duração do Inferno” ([Borges, 2008](#)) é um ensaio de Jorge Luis Borges originalmente publicado em 1929. Nele, Borges utiliza uma caracterização padrão de Inferno como um “lugar de castigo para os maus” ([Borges, 2008, p. 99](#)), o que implica que o Inferno está situado “num lugar preciso” ([Borges, 2008, p. 99](#)) e em lugar “diverso do que habitam os eleitos” ([Borges, 2008, p. 99](#)).<sup>1</sup> Segundo Borges ([2008, p. 99](#)), há dois atributos debatíveis acerca da invenção<sup>2</sup> do Inferno: sua eternidade ou não, e sua continuidade ou não. No ensaio ele apresenta argumentos pró e contra a eternidade do Inferno. Ambas as temáticas — o Inferno e a eternidade — não são excentricidades na obra de Borges; por exemplo, ele escreveu um ensaio sobre a história da eternidade ([Borges, 2010](#)) e publicou, na companhia de Bioy Casares ([Borges; Bioy Casares, 2003](#)), uma antologia de textos curtos sobre o Céu e o Inferno.

A seguir, apresentarei a argumentação contida no ensaio sob a forma de uma rede dialética. Antes de prosseguir com a leitura deste texto, consulte o primeiro texto desta série — “Introdução às Redes Dialéticas” ([Sautter, 2026](#)) — para uma compreensão do funcionamento das Redes Dialéticas. Cabe, novamente, a advertência de que o propósito primário das Redes Dialéticas é o de fornecer uma representação perspicua da argumentação, e apenas secundariamente o de anotar a análise da argumentação, ou seja, as Redes Dialéticas são, primariamente, facilitadoras da análise, deixando ao leitor a responsabilidade pela análise e avaliação da argumentação. Aqui, como nos

demais textos desta série, as Redes Dialéticas serão geralmente empregadas nesta perspectiva.

## 2 A Argumentação em “A Duração do Inferno”



**Figura 1** - Argumentação em ‘A duração do Inferno’ [Fonte: Elaboração própria]

A Figura 1 apresenta a representação gráfica da argumentação. Nela, o papel de proponente (asserções e argumentos delimitados por elementos arredondados) é reservado aos favoráveis à eternidade do Inferno, enquanto que o papel de oponente (asserções e argumentos delimitados por quadrados) é reservado aos contrários à eternidade do Inferno. As asserções 1 a 17 estão em ordem cronológica de ocorrência no ensaio de Borges.

**Quadro 1** — Argumentação em ‘A duração do inferno’ (entre colchetes acréscimos a bem de legibilidade)

Asserção	Texto
1	O Inferno é eterno. (p. 99)
2	A imortalidade não é atributo da natureza humana caída, é dom de Deus em Cristo. (p. 99-100)

<b>Asserção</b>	<b>Texto</b>
3	A imortalidade não pode ser mobilizada contra o indivíduo a quem é outorgada. (p. 100)
4	[A eternidade do Inferno pressupõe a imortalidade daqueles destinados a ele.] (p. 100)
5	Eternizar o castigo é eternizar o Mal. (p. 100)
6	Deus não pode querer essa eternidade [do Mal] para Seu universo. (p. 100)
7	A temibilidade do castigo está precisamente em sua eternidade. (p. 101)
8	Colocar a temibilidade do castigo em dúvida é invalidar a eficácia do dogma e fazer o jogo do Diabo. (p. 101)
9	O argumento é de ordem policial. (p. 101)
10	O Senhor é um Ser infinito. (p. 101)
11	[Atentar contra a majestade do Senhor implica em uma culpa infinita.] (p. 101)
12	[Uma culpa infinita exige uma pena infinita.] (p. 101)
13	Há um uso equivocado do termo “infinito”. (p. 101)
14	A dignidade do livre-arbítrio pede a eternidade de Céu e de Inferno, ou seja, ou temos a faculdade de agir para sempre ou este eu é uma deslusão. (p. 101)
15	[Este eu não é uma deslusão.] (p. 101)
16	A eternidade do inferno é uma estapafurdia. (p. 102)
17	Acreditar na eternidade do inferno é uma irreligiosidade. (p. 102)

O Quadro 1 apresenta a correlação entre a numeração das asserções e a expressão e localização das asserções no ensaio.

Borges apresenta, inicialmente, dois argumentos contrários à eternidade do Inferno. Ele denomina “Argumento da Imortalidade Condicional ou Aniquilação” ao argumento formado pelas asserções 2 a 4<sup>3</sup> (Borges, 2008, p. 99) e “Argumento de Rohte (1869)” ao argumento formado pelas asserções 5 e 6 (Borges, 2008, p. 100).

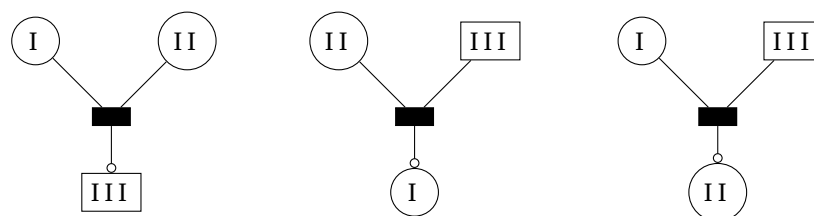
Borges apresenta, também, três argumentos favoráveis à eternidade do Inferno. Ele denomina “Argumento de Índole Disciplinar” ao argumento formado pelas asserções 7 e 8 (Borges, 2008, p. 101), “Argumento de Frivolidade Escolástica” ao argumento formado pelas asserções 10 a 12, e “Único Argumento Que Se Pode Sustentar” ao argumento formado pelas asserções 14 e 15. Este último é o único argumento pró que não é objetado por Borges<sup>4</sup>. Segundo Borges (2008, p. 101), o Argumento de Índole Disciplinar sequer mereceria refutação, e contra o Argumento de Frivolidade Escolástica, Borges (2008, p. 101) alega que, nele, há um uso equivocado do termo “infinito”, que, além disso, nos leva a incorrer em uma espécie de falácia de homologia por sustentar que atentar contra um Ser infinito implica em uma falta infinita, do mesmo modo que “as injúrias dirigidas a um tigre [um ser rajado] devem ser rajadas.” (Borges, 2008, p. 101).

Ao final do ensaio, Borges ainda objeta que a tese da eternidade do Inferno é estapafúrdia, ou seja, disparatada (asserção 16), e é irreligiosa, ou seja, ímpia (asserção 17).

### 3 O Antilogismo de Lewis Carroll

Complementando a anotação da argumentação no texto de Borges, apresentarei, brevemente, a argumentação do reverendo Charles Lutwidge Dodgson, melhor conhecido como “Lewis Carroll”, em “Punição Eterna” (Carroll, 2023, (circa 1895)). Ele pretendia incluir este texto póstumo em uma coletânea sobre dificuldades religiosas. Nele, Lewis Carroll expressou-se contrário à tese da eternidade do Inferno, ainda que acreditando na sua existência.

A questão é posta por Lewis Carroll sob a forma de um antilogismo, ou seja, um conjunto de três asserções que não podem ser conjuntamente verdadeiras, ainda que possam ser, duas a duas, conjuntamente verdadeiras. Ele, portanto, se impõe a tarefa de analisar as três asserções e determinar qual delas, ao menos uma, é falsa. A Figura 2 apresenta a rede dialética deste antilogismo: os círculos expressam as asserções aceitas por Lewis Carroll, enquanto que o quadrado expressa a asserção sustentada pelo ponto de vista rival; as três subredes representam as três situações em que se duas destas asserções são verdadeiras, a terceira é falsa (isso é representado como um ataque de duas asserções à terceira).



**Figura 2** - Antilogismo utilizado por Lewis Carroll [Fonte: Elaboração própria]

O Quadro 2 apresenta a correlação entre os símbolos para asserções e as asserções e suas localizações no texto de Lewis Carroll. Incluí, neste quadro, as demais asserções utilizadas na argumentação. Utilizei numerais romanos

para as asserções do antilogismo, porque o próprio Lewis Carroll o faz em seu texto.

**Quadro 2** — Argumentação em ‘Punição eterna’

<b>Asserção</b>	<b>Texto</b>
I	Deus é perfeitamente bom. (p. 138)
II	A inflição de sofrimento infinito em seres humanos que deixaram de pecar, como punição pelos pecados cometidos durante um tempo finito, seria errada. (p. 138)
III	Deus é capaz de agir desse modo. (p. 138)
4	(...) o abandono da crença em um Deus, e a aceitação do Ateísmo. (p. 139)
5	Acredito ter Livre Arbítrio, e ser capaz de escolher entre o certo e o errado; sou responsável pela minha conduta; não sou o resultado de forças materiais cegas, mas a criatura de um ser que me deu Livre Arbítrio e o senso do certo e do errado, e a quem sou responsável e que, portanto, é perfeitamente bom. (p. 139)
6	(...) [conduz a] o abandono da Consciência como guia em questões do Correto e do Errado, e o embarque sem bússola nem leme, em um vasto oceano de perplexidade. (p. 144)
7	(...) reconhecemos que uma certa proporção deveria ser observada entre o montante do crime e a quantidade da punição infligida; por exemplo, não deveríamos hesitar em condenar como injusta a conduta de um juiz que, ao sentenciar dois criminosos, sentenciou a maior punição àquele cujo crime foi claramente o menor dos dois. (p. 140-141)

Asserção	Texto
8	(...) a palavra [aion], traduzida em inglês como ‘eterno’ ou ‘perpétuo’, foi mal traduzida, e a Bíblia realmente não assere mais do que [a declaração de que] Deus inflingirá punição sob a forma de duração desconhecida, mas não necessariamente eterna, pelo pecado. (p. 148)

## 4 Defesa da Asserção I

Na Figura 3 está anotada a defesa de Lewis Carroll da asserção I. Uma defesa direta apela para determinadas intuições (asserção 5), “para as quais, é claro, provas não podem ser oferecidas” (Carroll, 2023, (circa 1895)). A outra defesa é indireta e introduz um novo elemento representacional às Redes Dialéticas: a hipótese, representada por um círculo ou um quadrado, conforme quem a sustente seja o proponente ou o oponente, respectivamente, tal que este círculo ou quadrado é tracejado. A representação por uma figura tracejada visa destacar que uma hipótese é uma asserção fraca, ou seja, quem sustenta uma hipótese não está necessariamente a tomando por verdadeira, ela é sustentada provisoriamente, somente para fins de argumentação. Na Figura 3 está representado o seguinte argumento de Lewis Carroll: “o abandono desta Proposição [asserção I] significará, praticamente, para a maioria de nós, o abandono da crença em um Deus, e a aceitação do Ateísmo”;<sup>5</sup> e isto representei, na rede dialética, mediante a defesa da asserção I por um argumento em que a hipótese [asserção 4] ataca a asserção I.

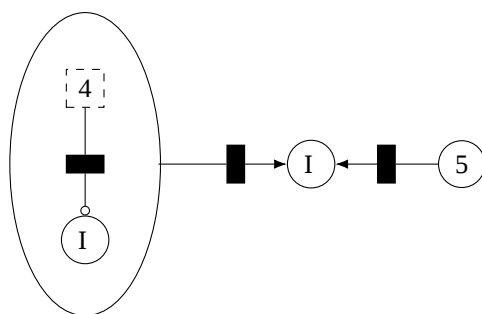


Figura 3 - Defesa da Asserção I. [Fonte: Elaboração própria]

## 5 Defesa da Asserção II

A defesa da asserção II tem uma estrutura argumentativa semelhante à defesa da asserção I, e está representada na rede dialética da Figura 4. A defesa direta apela a um Princípio de Proporcionalidade entre o Crime e a Punição, argumentando que humanos somente podem cometer uma quantidade finita de crimes (pecados) no tempo de uma vida e, por isso, seria injusto condená-los a uma punição eterna. Este Princípio de Proporcionalidade também é mencionado por Leibniz em “Confessio Philosophi [1672-3]” ao tratar do mesmo assunto (Strickland, 2009, p. 310), mas, à diferença de Lewis Carroll, Leibniz sustenta que haverá punição eterna, porque o estado psicológico dos ressurretos sujeitos a punição eterna é tal que continuarão a pecar no pós-vida, satisfazendo o Princípio de Proporcionalidade (Strickland, 2009, p. 311–313). A defesa indireta se faz mediante o fato de que o abandono da asserção II nos levaria a uma situação de completo descompasso moral.

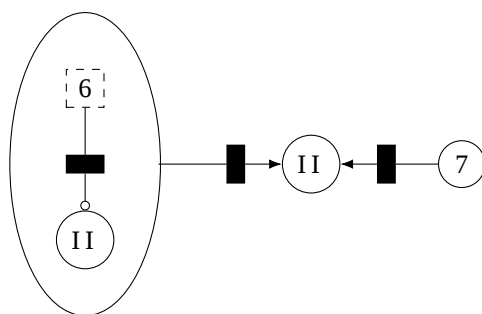


Figura 4 - Defesa da Asserção II [Fonte: Elaboração própria]

## 6 Ataque à Asserção III

A aceitação das asserções I e II obriga Lewis Carroll a abandonar a asserção III, o que é uma heterodoxia teológica e o situa, enquanto reverendo, em um terreno perigoso. O ataque à asserção III está representado na rede dialética da Figura 5. Lewis Carroll alega que a palavra grega “ἰών” (aion) é incorretamente traduzida por “eternidade”, quando ela comporta, e nisso os filólogos concordam, outros significados, tais como “tempo limitado” e “era”.

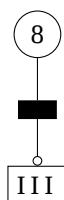


Figura 5 - Ataque à Asserção III [Fonte: Elaboração própria]

## 7 Sobre o que vem a seguir


No próximo texto construirei a rede dialética da argumentação contida em “Enfermaria n<sup>o</sup>. 6”, de Anton Pavlovitch Tchekhov, acerca do problema do sofrimento humano.


## 8 Referências


- BORGES, Jorge Luis. Emanuel Swedenborg. *In: Cinco visões pessoais*. Tradução: Maria Rosinda Ramos da Silva. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 35–45.
- BORGES, Jorge Luis. A duração do Inferno. *In: Discussão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 97–102.
- BORGES, Jorge Luis. História da Eternidade. *In: História da Eternidade*. Tradução: Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 11–35.
- BORGES, Jorge Luis; BIOY CASARES, Adolfo. Livro do Céu e do Inferno. *In: Tradução: Serafim Ferreira*. Lisboa: Teorema, 2003.
- CARROLL, Lewis. Punição eterna. *In: MONTOITO, Rafael (Org.). Alimentar a mente e outros textos de Lewis Carroll: tradução*. Tradução: Frank Thomas Sautter. Pelotas: Editora IFSul, 2023. p. 134–148.
- SAUTTER, Frank Thomas. Introdução às Redes Dialéticas. *Arquipélago Filosófico*, v. 4, n. 2, 2026.
- STRICKLAND, Lloyd. Leibniz on eternal punishment. *British Journal for the History of Philosophy*, v. 17, n. 2, p. 307–331, 2009.
- 


## Notas


1. O místico Emanuel Swedenborg, por exemplo, apresenta uma versão matizada desta caracterização padrão. Ele distingue céus (no plural, porque há diversos céus), infernos (no plural, porque há diversos infernos), e uma região intermediária entre os céus e os infernos denominada “região dos espíritos”, que Borges (2002, p. 38) descreve da seguinte maneira: “Essa região é composta por vales e, igualmente, fendas. Essas fendas podem localizar-se na parte inferior, comunicando-se com os infernos; ou na parte

superior, comunicando-se com os céus”, ou seja, ainda que diversos, há uma continuidade entre os lugares que constituem os céus e os lugares que constituem os infernos. 

2. A expressão “invenção” é do próprio Borges (2008, p. 99), sugerindo que, para ele, o Inferno não é nem eterno, nem efêmero, simplesmente porque não há Inferno. 

3. Nesta descrição da composição do argumento não está contemplada a asserção alvo do argumento. O mesmo vale para a descrição da composição dos demais argumentos. Em todos os casos, seja nos argumentos pró, seja nos argumentos contra a eternidade do Inferno, a asserção alvo é, evidentemente, a asserção 1. 

4. Por não ter sido objetado, faz-se desnecessária a sua representação na rede dialética. O mesmo vale para os argumentos contrários à eternidade do Inferno. Já o Argumento de Índole Disciplinar e o Argumento de Frivolidade Escolástica são objetados, o que requer a representação dos mesmos na rede dialética. 

5. Se a negação da asserção I implica a hipótese 4, ou seja, se a negação da asserção I defende a hipótese 4, então, por contraposição, a negação da hipótese 4 defende a asserção I, o que é aproximadamente equivalente a dizer que a hipótese 4 ataca a asserção I. 

*Arquipélago Filosófico*, Vol. 2, No. 8 (2026), e-008

ISSN 3086-1136

**Artigo:** Frank Thomas Sautter, A duração do Inferno, segundo Borges

**Autor(es):** Frank Thomas Sautter

**Data:** 31 Mar 2026

**Volume:** 2

**Número:** 8

**Páginas:** e-008

**ISSN:** 3086-1136

```
@article{frank-thomas-sautter-borges-sobre-a-duracao-do-inferno-2,  
  author = {Frank Thomas Sautter},  
  title = {Frank Thomas Sautter, A duração do Inferno, segundo Borges},  
  year = {2026},  
  month = {Mar},  
  journal = {Arquipélago Filosófico},  
  volume = {2},  
  number = {8},  
  pages = {e-008},  
  issn = {3086-1136},  
  url = {https://arquipelago.fi/frank-thomas-sautter-borges-sobre-a-  
duracao-do-inferno-2/}  
}
```